


*Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.*

## JURISPRUDÊNCIA


### 1. Teletrabalho sem aditivo contratual escrito gera pagamento de horas extras

 O TST decidiu que a ausência de aditivo contratual formalizando o regime de teletrabalho obriga a empresa a pagar horas extras à gerente que trabalhava remotamente.

📌 **Relevância:** A decisão alerta empregadores de todos os setores sobre a importância de documentar formalmente mudanças na forma de prestação de serviços, a falta de aditivo pode gerar passivos trabalhistas expressivos.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/sem-aditivo-contratual-escrito-sobre-teletrabalho-corretora-tera-de-pagar-horas-extras-a-gerente>


### 2. Empresa deve indenizar empregado acidentado em curso de defesa pessoal

 O TST entendeu que a empresa responde por acidente sofrido por vigilante durante treinamento obrigatório de defesa pessoal.

📌 **Relevância:** Qualquer empregador que exija cursos ou treinamentos para exercício da função deve garantir condições seguras, podendo gerar responsabilidade objetiva em casos que houver acidentes.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-de-vigilancia-devera-indenizar-empregado-que-se-acidentou-em-curso-de-defesa-pessoal>


### 3. Empregador não deve recolher INSS sobre aviso prévio indenizado


 O TST reafirmou que não há incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de aviso prévio indenizado.

📌 **Relevância:** A decisão impacta diretamente os custos rescisórios, reduzindo encargos ao encerrar contratos de trabalho.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/industria-nao-tera-de-recolher-inss-sobre-aviso-previo-indenizado>


#### 4. Estabilidade de gestante em contrato de aprendizagem


 O TST reconheceu estabilidade provisória a aprendiz que engravidou durante o contrato.


 **Relevância:** A decisão alerta que, em caso de gravidez, os empregadores devem estar cientes da estabilidade provisória da aprendiz e planejar a realocação ou manutenção da colaboradora até o término da licença-maternidade.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/assistente-que-ficou-gravida-durante-contrato-de-aprendizagem-tem-estabilidade-reconhecida>


#### 5. Reajuste durante aviso prévio não beneficia aderente ao PDV


 O TST entendeu que empregado que aderiu ao PDV não tem direito a reajuste concedido durante o aviso prévio indenizado.


 **Relevância:** Empresas podem estruturar PDVs com segurança jurídica, sabendo que reajustes salariais posteriores não impactarão os acordos já firmados.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/reajuste-concedido-durante-aviso-pr%C3%A9vio-indenizado-n%C3%A3o-beneficia-eletricista-que-aderiu-a-pdv>

#### 6. Laudo de fisioterapeuta é válido para comprovar doença ocupacional

 O TST reconheceu a validade de laudo de fisioterapeuta em ação sobre doença ocupacional.


 **Relevância:** A decisão é um precedente para o aceite de laudos de profissionais não médicos embasando ações trabalhistas. O relator destacou que, considerando que a patologia está inteiramente relacionada à função motora da trabalhadora, o fisioterapeuta é o profissional tecnicamente adequado para essa avaliação.


 <https://www.tst.jus.br/en/-/laudo-de-fisioterapeuta-%C3%A9-v%C3%A1lido-para-comprovar-doen%C3%A7a-ocupacional%C2%A0>

#### 7. Loja é multada por abrir em dia de descanso sem autorização




SINDICATOS  
RURAIS


 O TST manteve multa aplicada a loja por descumprir exigência constante em instrumento coletivo para funcionamento em feriado.


 **Relevância:** A decisão confirmou a validade de uma norma coletiva que exige um certificado de quitação das contribuições sindicais para que as empresas possam abrir aos domingos e feriados.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/loja-de-departamentos-%C3%A9-multada-por-descumprir-exig%C3%Aancia-para-abertura-em-dias-de-descanso>


## 8. Pensão por acidente limitada até 25 anos para filhos de vítima


 O TST decidiu que a pensão devida aos filhos de trabalhador falecido cessa aos 25 anos.


 **Relevância:** Embora a lei estabeleça como marco da maioria a idade de 21 anos, a jurisprudência consolidada do TST fixou como limite para o fim do pensionamento a idade de 25 anos, período considerado suficiente para proporcionar aos jovens pensionistas a independência econômica.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/filhos-de-empregado-v%C3%ADtima-de-acidente-s%C3%B3-receber%C3%A3o-pens%C3%A3o-at%C3%A9-completarem-25-anos>

## 9. Empresa condenada por assédio eleitoral


 O TRT-2 condenou rede de móveis por assédio eleitoral em favor de candidatos.


 **Relevância:** Todo empregador deve garantir neutralidade política no ambiente de trabalho, evitando práticas que possam ser interpretadas como assédio eleitoral.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/rede-de-moveis-e-condenada-por-assedio-eleitoral-a-favor-de-candidatos-a-presidente-e-senador>

## 10. Reconhecimento de vínculo com casa de jogos


 O TRT-15 reconheceu vínculo empregatício de trabalhadora com casa de jogos.

 **Relevância:** A ilicitude da atividade não afasta direitos trabalhistas, servindo de alerta para qualquer empregador informal.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/11a-camara-reconhece-vinculo-empregaticio-entre-trabalhadora-e-casa-de-jogos>


### 11. Município responsabilizado por falha em fiscalização


 O TRT-15 condenou município por não fiscalizar adequadamente serviço terceirizado.


 **Relevância:** Empresas contratantes devem monitorar prestadores, sob pena de responsabilidade subsidiária por descumprimentos trabalhistas da terceirizada.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/municipio-e-responsabilizado-por-fiscalizacao-ineficaz-em-servico-terceirizado>


### 12. Indenização por racismo no ambiente de trabalho


 O TRT-15 condenou empresa por danos morais a empregado vítima de racismo.


 **Relevância:** A decisão reforça políticas de diversidade e treinamentos internos para prevenir discriminação e evitar passivos trabalhistas.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/9a-camara-condena-empresa-indenizar-empregado-negro-vitima-de-racismo>


### 13. Continuidade de processo após adesão a PDV

 O TRT-15 garantiu continuidade de ação trabalhista mesmo após adesão do trabalhador a programa de demissão voluntária.

 **Relevância:** O Tribunal entende que, para se garantir a quitação ampla de direitos em caso de demissão voluntária, é necessária a previsão em norma coletiva.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/8a-camara-garante-continuidade-de-processo-apos-adesao-programa-de-demissao-voluntaria>

### 14. Reconhecimento da inexigibilidade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental-TCFA para comércio atacadista de madeira fora do rol taxativo da Lei 6.938/1981

 O TRF-3 deu provimento à apelação da Maderal Trading, reconhecendo que sua atividade comercial não está entre as previstas no Anexo VIII da Lei 6.938/1981. A mera inscrição no Cadastro Técnico Federal não gera obrigação de pagar a Taxa de Controle e

Fiscalização Ambiental (TCFA), sendo assim, foi declarada nula a dívida ativa e a execução fiscal, com condenação do IBAMA em honorários.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que as atividades registradas no Cadastro Técnico Federal-CTF não estão automaticamente sujeitas à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental-TCFA.

🔗 [5006477-15.2021.4.03.6105](#)

### 15. TRF3 mantém validade de auto de infração ambiental em disputa sobre classificação de bioma

📄 O TRF3 negou agravo de instrumento que buscava suspender processo administrativo ambiental em que a agravante contestava autuação por supressão de vegetação. A defesa alegava erro na classificação do bioma (Cerrado em vez de Mata Atlântica), mas o Tribunal manteve a presunção de legitimidade do auto de infração.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que autuações ambientais baseadas em classificação de biomas mantêm presunção de legitimidade, exigindo prova técnica robusta para afastá-las. Com isso, destaca-se a necessidade de laudos consistentes e registros oficiais (CAR, estudos técnicos reconhecidos) para embasar eventuais defesas.

🔗 [5008197-57.2025.4.03.0000](#)


### 16. TRF3 confirma improcedência de ação ambiental sobre área de preservação permanente-APP em reservatório

📄 O TRF3 manteve sentença que julgou improcedente Ação Civil Pública proposta pelo MPF, União e IBAMA, relativa a suposto dano ambiental em APP no entorno da UHE Ilha Solteira. O Tribunal aplicou o art. 62 do Novo Código Florestal, reconhecido como constitucional pelo STF, concluindo inexistirem intervenções humanas impeditivas da regeneração natural da área.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a aplicação retroativa do art. 62 do Código Florestal em áreas de reservatórios artificiais anteriores a 2001, flexibilizando a faixa de APP e afastando a imposição de reflorestamento em áreas consolidadas sem dano comprovado.

🔗 [0001350-47.2009.4.03.6124](#)


**17. TJSP anula sentença por cerceamento de defesa em ação ambiental e determina retorno para instrução.**

 O TJSP anulou sentença em ação civil pública ambiental que havia determinado a remoção de edificação em área de preservação permanente sem permitir a produção de provas. A corte reconheceu cerceamento de defesa, considerando necessária a análise da possibilidade de regularização ambiental junto à CETESB.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que é imprescindível garantir a ampla defesa e a possibilidade de comprovação de regularização ambiental antes de impor medidas restritivas ou demolitórias.

 [1500009-76.2025.8.26.0529](#)


**18. TJSP confirma responsabilidade solidária por obrigações ambientais e inclui novos proprietários em cumprimento de sentença.**

 O TJSP decidiu, em agravo de instrumento, que a responsabilidade ambiental pela instituição e averbação de reserva legal é solidária e de natureza *propter rem*, podendo atingir antigos e atuais proprietários. Ainda, reconheceu a necessidade de incluir no polo passivo os donos das 13 glebas desmembradas do imóvel para assegurar o cumprimento das obrigações ambientais.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que obrigações ambientais acompanham a terra, mesmo após divisão ou transferência, afetando todos os proprietários.

 [2197092-78.2025.8.26.0000](#)

**19. STJ libera retomada das obras de turístico-residencial após rever liminar**


 A Segunda Turma do STJ, por maioria, reformou decisão anterior e autorizou a continuidade das obras em complexo turístico-residencial, uma vez que o Ministro Afrânio Vilela entendeu que a suspensão provisória extrapolou a matéria recursal e que os impactos ambientais devem ser discutidos na primeira instância

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça precedentes no STJ sobre o alcance do princípio da precaução em licenciamento ambiental e a importância do regular procedimento ambiental.



<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/27082025-Segunda-Turma-nega-pedido-para-suspender-licencas-ambientais-de-complexo-turistico-e-residencial-em-Marica--RJ-.aspx>

## 20. Concessionária de rodovia está proibida de cobrar pela passagem de rede de esgoto em faixa de domínio

 O STJ mudou sua posição para se adequar ao entendimento do Supremo Tribunal Federal-STF e considerou ilegítima a cobrança pela utilização da faixa de domínio de rodovia concedida para a passagem de rede de água e esgoto, serviço público caracterizado por sua natureza essencial. A justificativa é que tais faixas continuam sendo bens públicos e seu uso para serviços de saúde coletiva não pode gerar remuneração, mesmo se previsto em contrato

♦ **RELEVÂNCIA:** Embora a decisão trate de rodovias e redes de esgoto, a interpretação reforça um princípio aplicável ao meio rural: entidades públicas ligadas ao saneamento ou abastecimento rural não podem ser oneradas pela passagem de infraestruturas essenciais (como redes de água ou esgoto) por faixas públicas.

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/01092025-Concessionaria-de-rodovia-nao-pode-cobrar-pela-passagem-de-rede-de-esgoto-na-faixa-de-dominio.aspx>



SINDICATOS  
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

 @faespsenarsp |  @faesp\_senarsp |  (11) 94710.8788